

# Governo também cria bolsa-escola

*Educação*

Ministro anuncia  
benefício que  
é uma das  
bandeiras do PT  
Participação das  
prefeituras será  
fundamental para  
sucesso do plano

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, divulgou ontem as regras para a versão governamental do programa bolsa-escola, a principal bandeira do PT na área social, mas reconhece depender da criatividade de Estados e municípios para assegurar o dinheiro destinado a famílias pobres. O Governo excluiu do programa, nessa primeira etapa, as capitais e regiões metropolitanas. Além disso, vai pagar só a metade do subsídio. Já separou uma verba de R\$ 100 milhões para este ano. A meta é beneficiar cerca de 700 mil famílias a partir do final das eleições, quando serão assinados os primeiros convênios.

Apesar do orçamento garantido, as regras do programa de renda mínima federal poderão deixar de fora cerca de 40% daqueles municípios que pretende ajudar, já que, nos primeiros cinco anos de implantação, apenas os municípios mais ricos - com receita tributária por habitante e renda familiar per capita inferiores à média estadual - poderão habilitar-se para receber os recursos. Pesa contra o programa o fato de que a grande maioria dos 5.507 municípios brasileiros não tem receita própria, e é sustentada pelos governos estaduais e pela própria União. As prefeituras terão de dar contrapartida para receber o dinheiro federal.

O programa vai destinar no mínimo R\$ 15,00 para famílias



**PAULO RENATO, com o autor do projeto de bolsa-escola, Nelson Marchezan: "paternidade"**

com renda per capita inferior a meio salário mínimo - como estímulo para que mantenham seus filhos de sete a 14 anos na escola. A fórmula de cálculo do benefício é complexa. Primeiro, multiplica-se R\$ 15,00 pelo número de dependentes com menos de 14 anos na família. Do resultado dessa conta, subtrai-se o equivalente a metade da renda per capita familiar (a renda familiar dividida pelo número de pessoas da família).

## Contrapartida

"Não acredito que um prefeito, por mais pobre que seja seu município, não consiga organizar-se para conseguir a contrapartida", afirmou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Segundo ele, prefeitos com dificuldades de caixa poderão procurar ajuda nos governos estaduais, na iniciativa privada ou em organizações não governamentais (-

ONG) para arrecadar o dinheiro necessário. "Um pouco de imaginação e esforço local gera a contrapartida", acrescentou.

A pouco mais de dois meses das eleições, o ministro da Educação descartou qualquer ligação entre o lançamento do programa e a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso, que vai disputar a reeleição. "A lei foi aprovada em dezembro passado e nós víhamos nos organizando para isso", disse Paulo Renato. Um dos coordenadores da campanha presidencial, ele também negou que o Governo tenha copiado o programa que notabilizou o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT).

"Não advogamos a paternidade deste programa, estamos pensando nos benefícios para a população", afirmou Paulo Renato. Com uma fita de vídeo nas mãos, o ministro fez questão de

lembra que a primeira experiência deste tipo foi feita pelo ex-prefeito de Campinas, o tucano José Roberto Magalhães Teixeira, em 1995. "Até agora disseram que o programa era do PT e mesmo assim levamos adiante", acrescentou.

"Mas podemos fazer o teste de paternidade", completou, referindo-se ao vídeo. O ministro informou que a intenção do Governo é desenvolver projetos para ajudar a população carente e, com o renda mínima, criar condições para que os municípios criem seus próprios programas. "Antes, apenas os mais ricos podiam fazer", comentou Paulo Renato. Pelo cronograma do Governo, até o ano de 2002, 3,3 milhões de famílias serão atendidas pelo programa de renda mínima, que estará movimentando R\$ 1,5 bilhão.